



UNIVERSIDADE DA MADEIRA
Sector de Planeamento

**O IMPACTO DAS
ACTIVIDADES DA CIÊNCIA E DA
TECNOLOGIA NAS
RUP'S**

O CASO DA MADEIRA

[VERSÃO PRELIMINAR]

Funchal, Julho 2006



*“Os progressos da ciência obedecem à lei da repulsão: para dar um passo em frente,
é preciso começar por derrubar os obstáculos.”*

Pasternak , Boris

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
I. AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS NA UNIÃO EUROPEIA	9
1. Caracterização das RUP	11
1.1. Aspectos Geográfico e Ambiental	11
1.2. Aspecto Demográfico	12
1.3. Aspecto Económico	14
1.3.1. Actividades económicas	14
1.3.2. Indicadores económicos	15
1.1.3. Aspecto Social	16
1.1.4. Aspecto Político	17
1.1.4.1. Competências Legislativas	17
1.1.4.2. Disposições fiscais	18
II. CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS ACTIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO NAS RUP	19
1. As RUP no domínio da investigação	19
1.1. Áreas de excelência	19
1.1.1. Biodiversidade	19
1.1.2. Energia e Água	20
1.1.3. Ambiente e Recursos Naturais	20
1.1.4. Ciências da Saúde	20
1.1.5. Telecomunicações	20
1.2. As actividades de investigação nas RUP	21
III. O IMPACTO DAS ACTIVIDADES DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA NA MADEIRA	23
1. Caracterização da RAM	23
1.1. Factores Geográficos	23
1.2. Estrutura Demográfica	24
1.3. Estrutura Socio-económica	25

1.3.1. Situação Económica da RAM	26
1.3.1.1. Produto Interno Bruto (PIB)	26
1.3.1.2. Valor Acrescentado Bruto (VAB)	27
1.3.2. Situação Social da RAM	29
1.3.2.1. Emprego	29
1.3.2.2. Educação	31
1.3.2.3. Ambiente	31
1.3.3. Situação Política da RAM	32
1.3.2.3. Estatuto Político-Administrativo da RAM	32
1.3.4. Disposições fiscais da RAM	33
1.3.5. Análise SWOT à Estrutura Socio-Económica da RAM	34
2. O Desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia na RAM	38
2.1. Posicionamento da RAM no domínio da Investigação	38
2.1.1. Alavancas ao desenvolvimento da Investigação na RAM	38
2.1.2. Dificuldades da RAM na área da Investigação	38
2.2. As Actividades de Investigação na RAM	39
2.3. Os Pólos de Investigação na RAM	41
2.3.1. Pólo Mar – "Ciências do mar e oceanografia"	41
2.3.2. Pólo Vida Marinha – "Ciências biológicas animais e marinhas"	41
2.3.3. Pólo Botânico – "Ciências biológicas e vegetais"	41
2.3.4. Pólo Agrícola – " Agricultura e agro-actividades"	42
2.3.5. Pólo Ambiente – " Água e Ambiente"	42
2.3.6. Pólo TIC – "Informático, telecomunicações e TIC"	42
2.3.7. Pólo Energia – " Energias renováveis"	42
CONCLUSÃO	44
BIBLIOGRAFIA	45
FICHA TÉCNICA	47

ÍNDICE TABELAS

Tabela 1: Indicadores da dimensão das RUP	11
Tabela 2: Indicadores económicos das RUP	15
Tabela 3: Indicadores económicos das RUP	16
Tabela 4: Evolução da População Residente por Grupos Etários	25
Tabela 5: VAB na RAM (1995-2003)	27
Tabela 6: Taxa de actividade na RAM (1995-2003)	30
Tabela 7: Principais Organismos de Investigação da RAM	40
Tabela 8: Relação Pólos/Domínios de Investigação	43

ÍNDICE GRÁFICOS

Gráfico 1: População das RUP em 2004	13
Gráfico 2: População e Densidades populacionais das RUP	13
Gráfico 3: Evolução da População Residente na RAM (1993-2004)	24
Gráfico 4: Evolução da População Residente por Grupos Etários (%)	25
Gráfico 4: Evolução do PIB per capita para PT, EUR 15 e EUR 25	26
Gráfico 5: VAB regional por sectores (1995-2003)	27
Gráfico 6: VAB regional por Ramos de Actividade (2003)	28
Gráfico 7: Indicadores da situação social da RAM (1995-2003)	30

SIGLAS UTILIZADAS

AREAM	Agência Regional da Energia e Ambiente da Madeira
CEIM	Centro de Empresas e Inovação da Madeira
DOM	Departamentos Franceses Ultramarinos
DREM	Direcção Regional de Estatística da Madeira
EBF	Estatuto de Benefícios Fiscais
EEl	Espaço Europeu da Investigação
IGIC	Regime Especial de Fiscalidade Indirecta
INE	Instituto Nacional de Estatística
IRC	Imposto sobre o Rendimento das pessoas Colectivas
IRS	Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
IvA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LOOM	Lei de Orientação para o Ultramar
PIB	Produto interno Bruto
RAM	Região Autónoma da Madeira
REF	Regime Económico Fiscal
RUP	Regiões Ultraperiféricas
SIFIM	Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos
UE15	União Europeia a 15 países
UE25	União Europeia a 25 países
VAB	Valor Acrescentado Bruto

INTRODUÇÃO

Numa altura em que a globalização está cada vez mais presente entre nós e palavras como investigação, inovação e tecnologia constituem conceitos-chaves nestes novos tempos, procuramos neste trabalho identificar quais as oportunidades e quais as ameaças que se colocam às Regiões Ultraperiféricas – as RUP's, no âmbito da ciência e da tecnologia. A consciência desta nova era do conhecimento é crucial para a convergência das regiões da União Europeia, sobretudo para as regiões menos desenvolvidas, como é o caso das RUP's da UE.

O território europeu compreende sete RUP's (Guadalupe, Guiana, Martinica e Reunião, Canárias, Açores e Madeira), as quais gozam de um estatuto específico, nos termos previstos do nº2 do artigo 299º, pelo facto de constituírem uma situação única no seio da Europa, em termos geográficos, climáticos e de especialização, que limitam o seu desenvolvimento socio-económico.

Em consequência de uma série de constrangimentos específicos, como o afastamento, a insularidade e o enclausuramento, que constituem obstáculos ao crescimento económico, as RUP estão entre as regiões que têm o PIB mais fraco da União Europeia. Mas, estas regiões, devido às suas características climáticas, geográficas e humanas, também têm um potencial específico de investigação, através do qual podem transformar algumas das suas deficiências em vantagens, sobretudo, pela adopção de estratégias regionais integradas de investigação e inovação¹.

Ainda assim, actualmente, verifica-se que as RUP, apesar do seu dinamismo em matéria de investigação e do seu potencial único à escala europeia, participam apenas marginalmente nos programas comunitários de I&DTI. Pelo que, questões como o reforço das actividades existentes, o desenvolvimento de novos pólos científicos, uma melhor integração das actividades desenvolvidas no plano regional nas redes de investigação europeias, o reforço da cooperação e das sinergias com outros países próximos (Caraíbas, América do Sul, África do Sul), deverão ser, cada vez mais, a tónica da estratégia de desenvolvimento a seguir pelas RUP.

O reforço das actividades da ciência e da tecnologia nestas regiões é fundamental, na medida em que, contribuem para modificar o ambiente socioeconómico; criam novas oportunidades de acesso aos mercados, à educação, à formação e à cultura; valorizam a posição geográfica das RUP, transformando-as em "fronteiras activas" da

¹ Comunicação da Comissão (2001) 549 final

União perante os numerosos sistemas de cooperação económica regional que se formam na África Austral, no Oceano Índico, na região das Caraíbas, etc.

Estas actividades dotarão às regiões ultraperiféricas as bases necessárias para incentivar a cooperação científica e contribuir para valorizar o seu potencial, favorecendo assim a sua melhor integração no Espaço Europeu da Investigação (EEI).

Este estudo visa, deste modo, identificar os meios que permitam às RUP tirar proveito das oportunidades oferecidas pela ciência, inovação e tecnologia, e acelerar o seu processo de convergência no espaço europeu.

I. AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS NA UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia conta com sete regiões reconhecidas como "regiões ultraperiféricas", das quais 6 são regiões insulares e uma é uma região continental:

- os 4 departamentos franceses ultramarinos (DOM): Guadalupe, Guiana, Martinica e Reunião;
- a comunidade autónoma espanhola das Ilhas Canárias;
- e as regiões autónomas portuguesas dos Açores e da Madeira.

Estas regiões formam um grupo particular no seio da União Europeia, usufruindo, deste modo, de um estatuto especial, em virtude do ponto nº 2 do artigo 299º do Tratado de Amesterdão (v. extracto abaixo), que estabelece uma base jurídica para formular e aplicar políticas específicas, adaptadas às desvantagens associadas à insularidade e ao afastamento destas regiões, mas também às suas características específicas. Este reconhecimento da Ultraperiféria no contexto da União Europeia tem as suas bases nos princípios de igualdade e de proporcionalidade, possibilitando este tratamento diferenciado, de forma a possibilitar aos cidadãos das RUP as mesmas oportunidades no seio da UE.

Nº. 2 do Artigo 299 do Tratado da União Europeia

" (...)

2. O disposto no presente Tratado é aplicável aos departamentos franceses ultramarinos, aos Açores, à Madeira e às ilhas Canárias. Todavia, tendo em conta a situação social e económica estrutural dos departamentos franceses ultramarinos, dos Açores, da Madeira e das ilhas Canárias, agravada pelo grande afastamento, pela insularidade, pela pequena superfície, pelo relevo e clima difíceis e pela sua dependência económica em relação a um pequeno número de produtos, factores estes cuja persistência e conjugação prejudicam gravemente o seu desenvolvimento, o Conselho, deliberando por maioria qualificada, sob proposta da Comissão e após consulta ao Parlamento Europeu, adoptará medidas específicas destinadas, em especial, a estabelecer as condições de aplicação do presente Tratado a essas regiões, incluindo as políticas comuns.

O Conselho, ao adoptar as medidas pertinentes a que se refere o parágrafo anterior, terá em consideração domínios como as políticas aduaneira e comercial, a política fiscal, as zonas francas, as políticas nos domínios da agricultura e das pescas, as condições de aprovisionamento em matérias-primas e bens de consumo de primeira necessidade, os auxílios estatais e as condições de acesso aos fundos estruturais e aos programas horizontais da Comunidade. O Conselho adoptará as medidas a que se refere o segundo parágrafo tendo em conta as características e os condicionalismos especiais das regiões ultraperiféricas, sem pôr em causa a integridade e a coerência do ordenamento jurídico comunitário, incluindo o mercado interno e as políticas comuns.”

As regiões ultraperiféricas encontram-se numa situação única e complexa no seio da União Europeia, num contexto natural marcado pela insularidade, climas tropicais, relevo frequentemente acidentado e vulcânico, distantes do continente europeu e próximas de países terceiros menos desenvolvidos, pequena superfície, dependência económica em relação a um pequeno número de produtos, ou seja, possuem características comuns que acentuam o seu isolamento e fragilizam as condições socioeconómicas do seu desenvolvimento (reduzida diversificação económica direccionada para o turismo e a agricultura).

No contexto da União Europeia, e de um modo geral, a noção de "Ultraperiféria" é constituída por 5 características específicas²:

- 1) Integração num duplo espaço geoeconómico constituído, por um lado, por uma zona geográfica de proximidade e, por outro, por um espaço político de pertença;
- 2) Isolamento relativo, devido ao grande afastamento do continente europeu, reforçado pela insularidade ou pela difícil acessibilidade;
- 3) Dimensão muito reduzida do mercado interno local, decorrente da escassa população;
- 4) Condições geográficas e climáticas que limitam o desenvolvimento endógeno dos sectores primário e secundário (ausência de matérias-primas, características de arquipélago, zonas de vulcanismo activo, etc.);
- 5) Dependência económica de um pequeno número de produtos ou mesmo de um único produto.

² Relatório da Comissão Europeia: «Estudo sobre o impacto das TIC nas regiões ultraperiféricas da União Europeia»

1. CARACTERIZAÇÃO DAS RUP

1.1. Aspecto Geográfico e Ambiental

As RUP são as regiões com a superfície mais reduzida União Europeia (v.Tabela1), com a excepção da Guiana. A superfície total das RUP corresponde a 3,1% da superfície da União Europeia (mas menos de 0,5%, se excluirmos a Guiana).

Estas regiões caracterizam-se por uma fraca densidade populacional e por uma grande distância em relação ao continente europeu. Este afastamento é reforçado pela situação de insularidade destas regiões, dado que, só são acessíveis por via aérea ou marítima, mesmo no caso da Guiana. As dificuldades de acesso às regiões ultraperiféricas são agravadas pelas deficientes ligações aéreas para outros destinos, para além do continente.

RUP	Superfície km ²	População (2004)	Densidade Populacional	Distância Europa
Guadalupe	1.700	448.000	264	6760 km (Paris)
Guiana	83.500	184.000	2	7500 km (Paris)
Martinica	1.100	395.000	359	6830 km (Paris)
Reunião	2.500	763.000	305	9370 km (Paris)
Canárias	7.400	1.968.280	266	2000 km (Madrid)
Açores	2.300	240.024	104	1500 km (Lisboa)
Madeira	800	243.647	305	1040 km (Lisboa)
TOTAL	99.300	4.241.951	1.605	—
% UE	3,10%	1%	—	—

Tabela 1: Indicadores da dimensão das RUP

Fonte: Eurostat e INE

Como agravante, existe nas RUP uma situação de dupla insularidade, devido à condição de arquipélagos, por vezes extensos e dispersos, de 4 das 7 regiões:

O arquipélago dos Açores é constituído por nove ilhas principais, que se estendem por 600km.

- O arquipélago da Madeira é constituído por quatro ilhas, das quais só duas são habitadas.
- O arquipélago das Canárias é composto por 7 ilhas.
- O arquipélago de Guadalupe é composto por 8 ilhas: a Guadalupe dita "continental", as suas dependências próximas e as suas dependências, afastadas 200 km (as ilhas do norte de Saint-Martin e Saint-Barthélemy).

No caso da Madeira, Açores e Canárias, as ligações inter-ilhas por barco ou avião são relativamente frequentes e regulares. Em Guadalupe, as ligações estão pouco desenvolvidas e são caras. No caso da Guiana, as comunicações internas são muito difíceis, devido à extensão do território, à presença de uma floresta muito densa, à escassez de estradas, às dificuldades de navegação fluvial e aos problemas que se colocam ao transporte aéreo. Todas as ilhas conhecem dificuldades de comunicação interna, derivadas da sua geografia montanhosa e agreste. A construção de infra-estruturas de comunicações torna-se, assim, difícil. Todas as regiões evidenciam grandes disparidades internas, seja entre a ilha principal e as "dependências" ou entre o norte e o sul.

A problemática ambiental é uma constante nestas regiões, questões como: tratamentos de resíduos e de abastecimento de água, protecção do valor patrimonial ou de urbanização, estão cada vez mais na tónica dos problemas ambientais. Além disso as RUP têm problemas específicos na área da energia, pelo que, têm sido realizados vários esforços na produção de energias renováveis.

Ainda assim, devido à sua situação especial, as RUP constituem também pontas de lança da Europa para o desenvolvimento de relações comerciais com os países terceiros vizinhos geralmente menos desenvolvidos. Sobretudo graças às regiões ultraperiféricas, a União Europeia dispõe do primeiro território marítimo mundial, com 25 milhões de km² de zona económica. Todas as RUP beneficiam de um ambiente excepcional, caracterizado por um ecossistema muito rico e por fauna e flora variadas, o que o grande potencial no âmbito das actividades de I&D.

1.2. Aspecto Demográfico

O conjunto populacional das RUP registou em 2004 um total de 4.241.951 habitantes, o correspondente a 1% da população total da União Europeia. A distribuição deste conjunto demográfico não é equitativa (v.Gráfico1), figurando como a região mais populosa as Canárias (46% da totalidade da população das RUP), seguindo-se a Martinica (20%), que dentro dos DOM é a região com mais população, seguindo-se a Reunião (18%), a Guadalupe (11%), as regiões autónomas portuguesas dos Açores e da Madeira (ambas com uma percentagem de 6%) e, por fim, a Guiana (4%) que representa a região menos populosa dos DOM e simultaneamente das RUP.

Contrariamente a esta tendência, as densidades populacionais das regiões ultraperiféricas são elevadas (v.Gráfico2), exceptuando a Guiana que é a região menos povoada das RUP (2 hab/ km²). As restantes regiões apresentam, em média, uma densidade populacional relativamente alta, que ronda os 200 a 300 hab/ km², da

qual se destaca a região a Martinica como a mais povoada (359 hab/ km²), embora seja a região Canárias que tem mais população.

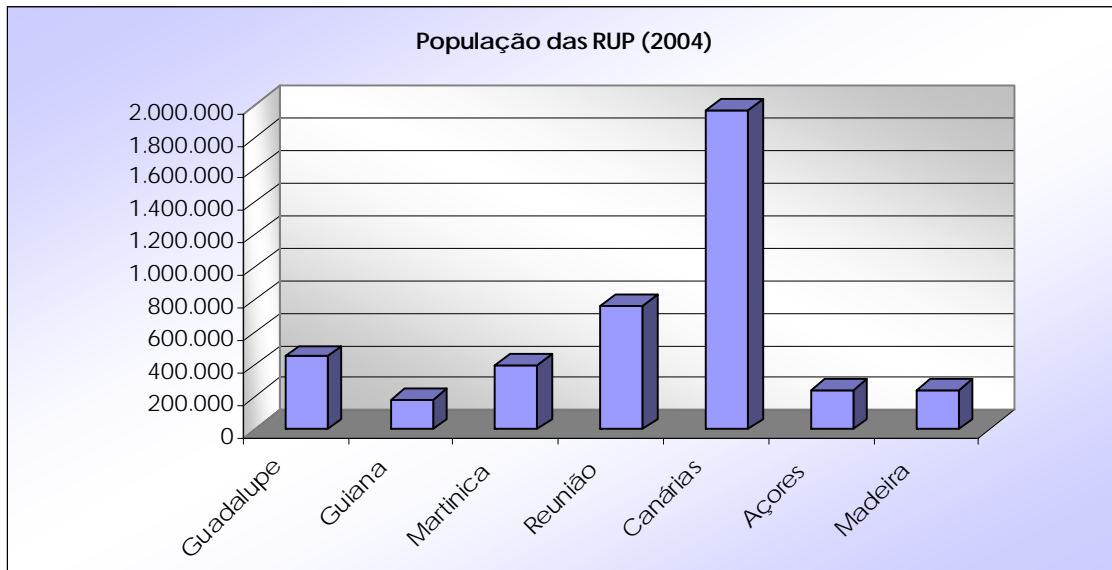


Gráfico 1: População das RUP em 2004

Fonte: Eurostat e INE

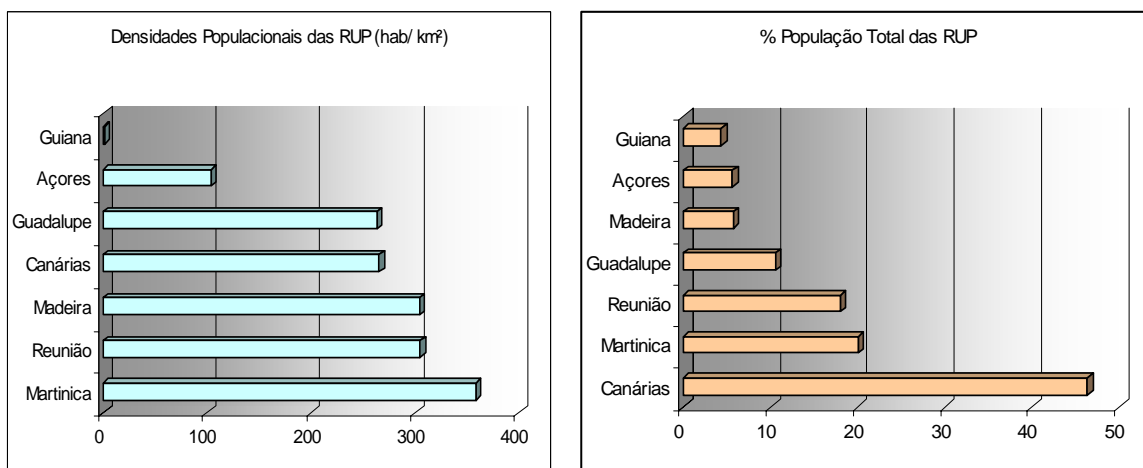


Gráfico 2: População e Densidades populacionais das RUP

Fonte: Eurostat e INE

Contudo, estas densidades médias escondem grandes disparidades, dado que a população concentra-se em zonas reduzidas, sobretudo nos centros urbanos: nas Canárias, 85% da população estão concentrados nas ilhas de Gran Canária e Tenerife, 45% da população da Madeira reside no Funchal, Grande-Terre concentra 47% da população guadalupense. Na Martinica dois terços da população estão concentrados na parte central da ilha, e na Guiana, 50% da população reside na ilha de Cayenne.

1.3. Aspecto Económico

1.3.1. Actividades económicas

As RUP têm um perfil económico muito semelhante, isto porque partilham de características comuns que condicionam o seu desenvolvimento económico, nomeadamente: a reduzida dimensão dos territórios, os recursos limitados, inexistência de economias de escala, a falta de mão-de-obra especializada, o fraco tecido empresarial e a dificuldade em rentabilizar os investimentos pesados.

As economias são fortemente marcadas pelo peso do sector público e as actividades económicas das regiões ultraperiféricas são dominadas pelo sector primário (agricultura e pesca) e pelo sector terciário (turismo). A actividade industrial ainda está pouco desenvolvida nas RUP, com excepção da RAM.

O sector primário têm perdido algum peso, no decorrer dos últimos anos, embora a agricultura continue a ser uma actividade central, assim como a pesca, sobretudo para as regiões portuguesas. Ao nível das actividades industriais, estas relacionam-se, sobretudo, aos recursos agrícolas e ao artesanato.

O sector terciário é dominado pelo comércio e pelo turismo. Relativamente ao turismo, graças à sua localização e caracterização ambiental, as RUP constituem importantes destinos turísticos, pelo que, em algumas regiões, este sector constitui o motor da economia regional. No que toca às actividades comerciais, o comércio interno centra-se num mercado de pequena dimensão e o comércio externo revela uma elevada dependência externa, dado que estas regiões apresentam uma balança comercial desequilibrada, em que o volume das importações é superior ao volume das exportações. No que concerne à parte dos serviços, desenvolveram-se algumas actividades de offshore, através da criação de zonas francas e de incentivos fiscais e financeiros.

Em relação ao peso do sector privado nas RUP, a tendência é para um ligeiro aumento gradual do número de empresas, ainda que a cultura empresarial esteja pouco desenvolvida e as estruturas empresariais apresentem algumas falhas. Mentalidades adversas ao risco, certa incapacidade de decisão, elevados custos de transportes e forte dependência externa, são alguns dos motivos que explicam este fraco tecido empresarial.

Ao nível das relações com o exterior, pelo seu estatuto, as RUP portuguesas e as Canárias têm maior ligação com o exterior, mantendo relações internacionais com Estados Estrangeiros, países próximos e países com comunidades de emigrantes e com

organizações internacionais. Neste domínio, as RUP francesas estão um pouco limitadas pelo seu próprio grau de autonomia, além disso, estão mais isoladas em relação à Europa do que as outras RUP, as quais revelam uma maior participação nas redes e projectos europeus.

1.3.2. Indicadores económicos

As estatísticas económicas revelam algumas disparidades entre as RUP no plano socioeconómico, dado que 4 das 7 regiões ultraperiféricas figuram entre as regiões mais pobres da União Europeia (61% do PIB médio europeu) e as restantes apresentam um PIB médio de 85% relativamente ao PIB comunitário (dados para 2003).

Analisando o valor do PIB per capita por RUP (v.Tabela2), verificamos que a região que tem um produto interno bruto (32.035,00) e per capita (91,00) mais elevado é a região das Canárias. Contrariamente, a Guiana é a região que regista quer o PIB (2.405,00), quer o PIB per capita (57,60) mais baixo da totalidade das RUP. Outro caso de análise é a região da Reunião que possui um PIB elevado por causa da grande população (região mais populosa dos DOM), porém o seu PIB per capita é baixo (60,20).

RUP	PIB 2003 (10 ⁶ euros)	PIB por habitante 2003 (euros)	PIB 2003 (10 ⁶ PPC)	PIB por habitante 2003 (PPC)	PIB por habitante 2003 (PPC) UE25=100
União Europeia	9.953.329,00	21.741,00	9.953.329,00	21.741,00	100,00
Guadalupe	6.677,00	15.145,00	6.303,00	14.296,00	65,80
Guiana	2.405,00	13.260,00	2.270,00	12.516,00	57,60
Martinica	6.624,00	16.911,00	6.253,00	15.963,00	73,40
Reunião	10.511,00	13.871,00	9.922,00	13.093,00	60,20
Canárias	32.035,00	17.371,00	36.503,00	19.794,00	91,00
Açores	2.642,00	11.038,00	3.178,00	13.275,00	61,10
Madeira	3.958,00	16.346,00	4.760,00	19.659,00	90,40

Tabela 2: Indicadores económicos das RUP

Fonte: Eurostat – Maio 2006

No que se refere às taxas de desemprego nas RUP, o cenário é idêntico ao do PIB nestas regiões, pois similarmente apresentam taxas díspares para este indicador (v.Tabela3). Com efeito, 4 das 7 regiões registam um nível de desemprego que se situa entre os mais elevados da União Europeia: as regiões ultramarinas francesas, que em 2004 apresentavam uma taxa superior a 20%. A taxa de desemprego entre os jovens e as mulheres são também mais elevadas nestas regiões. Os Açores e a Madeira, pelo contrário, têm uma taxa de desemprego reduzida, inferior a 3,5% (dados para 2003).

A Madeira está mesmo entre as 7 regiões europeias com a mais baixa taxa de desemprego: 3%, seguindo Ihe os Açores com 3,2%. As Canárias mantêm uma taxa de desemprego relativamente elevada (11,4%).

RUP	Taxa de desemprego		Taxa de desemprego das mulheres		Taxa de desemprego dos jovens (menos 25 anos)	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
União Europeia	9,2	9,2	10,1	10,1	18,6	18,5
Guadalupe	26,2	25,1	27,6	28,0	56,0	55,9
Guiana	24,3	25,7	28,5	29,8	(:)	(:)
Martinica	21,0	21,5	23,2	23,7	48,7	49,3
Reunião	31,6	32,8	32,7	34,2	53,0	56,6
Canárias	11,4	12,0	15,2	15,8	22,9	26,0
Açores	3,4	(:)	3,9	(:)	(:)	(:)
Madeira	3,0	(:)	3,4	(:)	(:)	(:)

Tabela 3: Indicadores económicos das RUP

Fonte: Eurostat – Outubro 2005

Ainda com estas taxas de desemprego distintas, as RUP têm um perfil económico relativamente semelhante, que se traduz na reduzida dimensão dos territórios, nos recursos limitados, na pequena dimensão do mercado local, na dificuldade em mobilizar capitais, na falta de mão-de-obra especializada e na impossibilidade de economias de escala no fornecimento de equipamentos e de serviços públicos. Estas economias são fortemente marcadas pelas transferências de fundos públicos e pelo peso do sector público. A parte do sector público no valor acrescentado regional é superior à média europeia (especialmente nas regiões francesas).

1.1.3. Aspecto Social

No plano social as RUP apresentam um nível de desenvolvimento inferior aos padrões nacionais e europeus, sobretudo, no que toca às infra-estruturas de educação, formação e saúde. Os níveis de qualificação ainda se encontram um pouco distantes dos próprios países a que pertencem. O acesso difícil a bens e serviços universais, pela ausência de equipamentos sociais adequados, agravado pela dispersão social e pelas dificuldades de mobilidade intra-regional, pode ser uma das causas que explicam este nível de desenvolvimento social. Mesmo assim, as RUP caracterizam-se por uma população relativamente jovem, o que constitui uma potencialidade a nível da tecnologia, quando conjugado com níveis de formação superiores.

1.1.4. Aspecto Político

1.1.4.1. Competências Legislativas

Das 7 regiões ultraperiféricas da União Europeia, 2 são regiões com um estatuto político e administrativo próprio: as Regiões Autónomas Portuguesas – Madeira e Açores, nos termos consagrados da Constituição da República Portuguesa³.

A autonomia regional abrange os poderes de legislar em matérias que lhes sejam de interesse específico, pronunciarem-se nas matérias que lhes digam respeito e exercer poder executivo próprio. Para isso foram formados órgãos de governo próprio que, em cooperação com os órgãos de soberania, têm como principal função promover o desenvolvimento económico e social das regiões autónomas, visando em especial a correcção das desigualdades derivadas da insularidade.

As Canárias usufruem do estatuto de Comunidade Autónoma de acordo com a Constituição Espanhola⁴, as quais assumem uma série de competências transferidas pelo Estado, nomeadamente ao nível das relações europeias e externas. O poder legislativo da Comunidade Canária é assumido pelo Parlamento das Canárias e o poder executivo é exercido pelo Governo das Canárias.

As regiões ultramarinas (DOM) são colectividades territoriais integradas à República Francesa, cada um desses departamentos constitui uma região mono-departamental, chamada Região Ultramarina desde a revisão constitucional de 2003 da França.

Os "departamentos" ultramarinos possuem um Conselho Geral e um Conselho Regional, o Estado é representado por um perfeito e a administração é descentralizada.

Todos os DOM estão sujeitos às leis francesas, no entanto, têm alguma flexibilidade e existem adaptações previstas por leis⁵ que têm em conta as especificidades locais. Ainda assim, os DOM conseguem beneficiar de uma maior autonomia em relação aos outros departamentos franceses.

³ Artigo 227º da Constituição da República Portuguesa

⁴ Artigos 140º e 141º da Constituição Espanhola

⁵ Artigo 73º da Constituição Francesa

1.1.4.2. Disposições fiscais

Através do reconhecimento da situação única das RUP consagrada no Tratado de Amsterdão, foram tomadas medidas específicas, com o intuito de reduzir o «gap» existente entre estas regiões e a UE, em domínios como as políticas aduaneiras e comerciais, a política fiscal, as zonas francas, as políticas da agricultura e da pesca, as condições de aprovisionamento em matérias primas e bens de consumo de primeira necessidade, as ajudas do Estado e as condições de acesso aos fundos estruturais e aos programas da Comunidade.

Nas regiões autónomas portuguesas foram criadas 2 zonas francas, que combinam actividades financeiras, industriais e comerciais e atribuem às empresas, que exercem actividades nestas zonas, um conjunto de benefícios fiscais e financeiros. As Zonas Francas da Madeira e dos Açores estão integradas no ordenamento jurídico português e da União Europeia, do qual se pode destacar a seguinte legislação: Actividades Industriais, Comerciais e de Serviços, Instituições financeiras, Registo Internacional de Navios, Incentivos e Benefícios fiscais (as entidades instaladas nas zonas francas da beneficiam de isenção de IRS ou de IRC, até 31 de Dezembro de 2011⁶) e Taxas e Legislação Comunitária relativa às Zonas Francas (área industrial).

As peculiaridades geográficas das RUP, permitem-lhes beneficiar de uma série de excepções e modulações muito favoráveis na aplicação do Direito Comunitário. No caso das Canárias, existem vários incentivos fiscais, dos quais se desatacam: o Regime Económico e Fiscal Canário (REF), o qual prevê reduções dos impostos sobre as empresas e sobre os rendimentos; o Regime Especial de Fiscalidade Indirecta (IGIC); a Zona Especial de Canárias, semelhante às Zonas Francas das regiões ultraperiféricas portuguesas, que também caracterizam-se por um regime de fiscalidade reduzida.

No quadro das RUP francesas a Lei de Orientação para o Ultramar (LOOM) garante uma série de disposições vantajosas de ordem económica e social, relativamente ao desenvolvimento económico, ao ordenamento do território e à criação de emprego. Os DOM beneficiam, igualmente, de um estatuto fiscal especial: isenções e abatimentos diversos, regime de isenções fiscais para favorecer o investimento no ultramar, regime do IVA, regime especial de imposto de doca e zonas francas.

⁶ Segundo o artigo 41º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF)

II. CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS ACTIVIDADES DE INVESTIGAÇÃO NAS RUP

1. AS RUP NO DOMÍNIO DA INVESTIGAÇÃO

As regiões ultraperiféricas estão localizadas em áreas afastadas do continente europeu, beneficiando de um conjunto de factores geográficos e climáticos que fazem destas regiões potências únicas de investigação no contexto europeu.

A excelente localização das RUP em espaços geográficos afastados do continente europeu e menos desenvolvidos, permite-lhes operar como uma plataforma de disseminação das tecnologias inovadoras produzidas na União Europeia e dessa forma tornam-se num instrumento fundamental para o aumento da competitividade da indústria tecnológica europeia.

Dadas as suas posições e as suas características geográficas, estas regiões constituem zonas atractivas para o desenvolvimento de certos domínios de investigação, são excelentes zonas para o desenvolvimento de actividades científicas e tecnológicas de ponta; pela sua pequena dimensão constituem zonas atractivas para a experimentação de novas tecnologias; e em consequência das suas condições naturais são zonas de grande diversidade ambiental, constituindo verdadeiros reservatórios de biodiversidade – fauna e flora – possibilitando a implementação de actividades específicas de investigação, nos domínios da agricultura, da pesca, da aquicultura, da medicina tropical, do estudo dos ecossistemas florestais, dos materiais de construção em ambiente tropical, etc.

Outras das potencialidades destas regiões, é que apresentam, cada vez mais, uma população jovem com nível de formação superior e, portanto, com grandes potencialidades de integração na área da investigação.

1.1. Áreas de excelência

As Regiões Ultraperiféricas têm um potencial específico de investigação, beneficiando de um conjunto de áreas de excelência no âmbito da investigação, que passamos a enumerar:

1.1.1. Biodiversidade

As RUP usufruem de um património natural diversificado e extremamente rico, constituindo assim importantes “reservatórios” de biodiversidade no seio da UE. As suas localizações geográficas e as condições bio-climáticas são muito favoráveis para o

desenvolvimento da investigação nos domínios do estudo e conservação da biodiversidade terrestre e marinha e dos fenómenos meteorológicos.

1.1.2. Energia e Água

Estas regiões apresentam uma grande dependência em relação aos produtos petrolíferos, agravada pelos custos adicionais de transporte marítimos e à pequena dimensão dos sistemas energéticos existentes. Em consequência da pequena dimensão e do isolamento físico foram implementados, nestas regiões, laboratórios reais, o que possibilita um melhor controlo das variáveis em estudo dos sistemas energético. A escassez dos recursos hídricos e a sazonalidade em algumas RUP, levam a que estas regiões procurem encontrar soluções para os seus problemas específicos no domínio da energia e da água, contribuindo, mesmo que indirectamente, para o desenvolvimento tecnológico na União Europeia.

1.1.3. Ambiente e Recursos Naturais

As especificidades das RUP nas áreas do ambiente e dos recursos naturais, sobretudo ao nível das alterações climáticas e da vulnerabilidade das zonas oceânicas e costeiras, constituem áreas preferenciais de investigação científica.

1.1.4. Ciências da Saúde

A dispersão existente dentro das próprias regiões, as características bio-climáticas, a pouca mobilidade populacional e o relativo isolamento, favorecem o desenvolvimento de estudos e de novas tecnologias nas áreas da ciência e da saúde, sobretudo na investigação genética (p. ex. doenças cardíacas e alérgicas). As RUP que registam uma urbanização mais acelerada, constituem excelentes zonas para a realização de estudos epidemiológicos, em particular, sobre o impacto do ambiente urbano nos níveis de saúde das populações.

1.1.5. Telecomunicações

Graças à conjugação da posição geográfica/dimensão e tendência turística, estas regiões apresentam um forte potencial no que toca aos novos sistemas de telecomunicações, sobretudo como plataformas de testes no domínio dos serviços suportados por redes móveis e telecomunicações.

1.2. As actividades de investigação nas RUP

As actividades de investigação no conjunto das regiões ultraperiféricas têm registado uma evolução significativa, sobretudo no período mais recente. As regiões situam-se, actualmente, numa dinâmica de crescimento e numa melhor estruturação no domínio da investigação. O reconhecimento das actividades de investigação como uma vantagem, traduz-se em várias acções, nomeadamente, no investimento em universidades e em laboratórios, na diversificação dos domínios da investigação, no aumento do número de investigadores, no desenvolvimento dos projectos e das infra-estruturas. De uma forma mais indirecta este crescimento também se reflecte no aumento das zonas protegidas e das reservas naturais. As aproximações entre os agentes de investigação são incentivadas, em especial entre as universidades e os outros organismos.

Apesar de todas estas melhorias, as regiões ultraperiféricas ainda se encontram distantes do patamar de desenvolvimento científico e tecnológico registado no seio da União Europeia e a investigação continua ainda a ser sub-dimensionada em relação às potencialidades que estas regiões podem oferecer, particularmente no que toca à investigação aplicada ao serviço do desenvolvimento regional. As razões para esta situação são diversas e variam de acordo com as regiões, mas globalmente nota-se uma tendência à dispersão dos esforços:

- As actividades de investigação são ainda insuficientemente estruturadas, com efeito, não há uma coordenação científica e tecnológica a nível regional para orientar os esforços das comunidades científicas;
- A investigação privada é indigente e observa-se, no conjunto das regiões, um fraco interesse das empresas para a inovação, e as que apostam nesta área, revelam por vezes uma má adequação entre os eixos de investigação e as necessidades reais das empresas, o que torna difícil a transferência de tecnologias e de conhecimentos. Esta má adequação resulta nomeadamente da falta de estruturas de conversão entre a investigação e os agentes económicos;
- Registam-se também carências técnicas, que se reflectem em várias limitações:
 - número insuficiente de investigadores;
 - reduzida formação em áreas de investigação;

- necessidade de mobilizar uma massa crítica de recursos e de competências em matéria de ciência e de tecnologia para levar a cabo projectos de maior envergadura;
 - pequena dimensão dos centros de investigação;
 - nível de qualidade inferior dos serviços prestados pelos operadores de comunicação comparativamente com outras regiões da Europa;
 - falta de sistemas locais de informação comunitária e de serviços de assistência à elaboração e gestão de projectos de investigação.
- Por outro lado, os próprios programas-quadro de investigação, financiados pela União Europeia, não contemplam muitas das especificidades das regiões ultraperiféricas, pelo que, muitas vezes, os critérios utilizados para avaliar os projectos comunitários não estão adoptados ao contexto destas regiões, e isto explica largamente a baixa participação das RUP nos anteriores programas-quadro de investigação⁷. Importa aqui salientar que esta realidade ultraperiférica já é reconhecida no ponto 14 do actual 6º programa-quadro, quando refere que “a participação das Regiões Ultraperiféricas nas acções comunitárias de investigação e desenvolvimento tecnológico deverá ser facilitada através de mecanismos adequados e adaptados à sua situação especial”⁸.

⁷ «Etat des lieux transversal», Louis Lengrand & Associates, INESC PORTO, Julho 2002

⁸ Decisão n.º 1513/2002/CE, 27 de Junho, JOCE L 232.

III. O IMPACTO DAS ACTIVIDADES DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA NA MADEIRA

1. CARACTERIZAÇÃO DA RAM

1.1. Factores Geográficos



O arquipélago da Madeira situa-se no Oceano Atlântico entre 30° e 33° de latitude norte, a 980 km de Lisboa, a 1000km dos Açores, a cerca de 600 km da costa de Marrocos e a 450 km a norte de Canárias.

De origem vulcânica, é formado pelas ilhas da Madeira (736 Km²), Porto Santo (43 Km²), Desertas (14 Km²) e Selvagens (18 Km²). Só as duas primeiras ilhas são

habitadas, constituindo as outras reservas naturais, declaradas património mundial pela UNESCO. O arquipélago compreende os concelhos de Calheta, Câmara de Lobos, Funchal, Machico, Ponta do Sol, Porto Moniz, Porto Santo, Ribeira Brava, Santana, Santa Cruz e São Vicente.

A superfície total da RAM é de 800 km, o equivalente a 0,87% da superfície total do país. Geograficamente este arquipélago pertence ao continente africano, mas politicamente estas ilhas são portuguesas, portanto, europeias.

A ilha da Madeira possui um relevo bastante acidentado, sendo os pontos mais altos o Pico Ruivo (1 862 m) e o Pico do Areeiro (1 818 m). O relevo, bem como a exposição aos ventos predominantes, fazem com que na ilha existam diversos microclimas, o que, aliado ao exotismo da vegetação, constitui um importante factor de atracção para o turismo, principal actividade da região, e para as actividades de investigação. A precipitação é mais elevada na costa norte do que na costa sul. Não existem grandes variações térmicas durante todo o ano, mantendo-se o clima ameno com temperaturas médias a rondar os 22°C (máxima) e os 16°C (mínima). A temperatura da água do mar, devido à influência da corrente quente do Golfo, mantém-se nos 22°C no Verão, arrefecendo gradualmente até atingir os 17°C no fim do Inverno.

A ilha do Porto Santo, por outro lado, tem uma constituição geo-morfológica completamente oposta à da ilha da Madeira. Muito plana, apresenta um revestimento vegetal ralo com solos pobres pouco aptos para a agricultura. Possui

uma praia de areia fina e dourada com 9Km de extensão, constituindo uma estância de turismo que tem vindo a crescer nos últimos anos.

1.2. Estrutura Demográfica

Apesar de possuir uma densidade populacional superior à média do país e mesmo da UE, 75% da população da ilha da Madeira habita em apenas 35% do território, sobretudo na costa sul, onde se encontra a cidade do Funchal, capital da Região Autónoma da Madeira, que concentra 45% da população, com uma densidade populacional de 1.500 h/Km².

A nível demográfico esta região tem evoluído positivamente, embora com uma redução populacional entre 1995 e 2000, a RAM voltou a registar um uma tendência demográfica expansiva no período temporal mais recente. Em 2004, a população residente na Região Autónoma da Madeira registou um acréscimo de 0,5% face a 2003, passando de 243 007 para 244 286 residentes⁹ (v.Gráfico3).

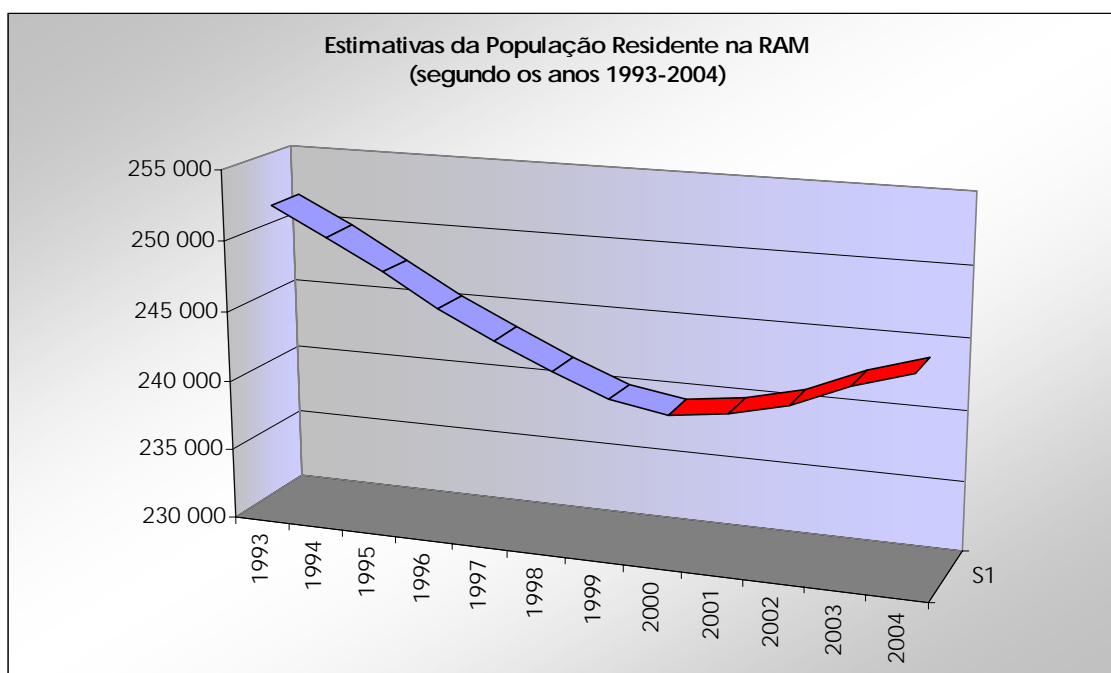


Gráfico 3: Evolução da População Residente na RAM (1993-2004)

Fonte: DREM – Censos 2001

Relativamente à população residente por grupos etários, o quadro seguinte (v.Tabela4) revela que a redução ocorrida entre 1995 e 2000 resultou da dinâmica verificada nos estratos populacionais mais jovens. Esta dinâmica continua a marcar os

⁹ Segundo as estimativas aferidas aos resultados definitivos dos Censos de 2001 – Fonte: DREM

percursos etários subsequentes, dado o acentuado crescimento entre 2000 e 2004 dos residentes com idades superiores a 25 anos (v.gráfico4). A população da RAM apresenta, assim, uma proporção de jovens elevada, o que representa um potencial regional importante para o desenvolvimento da investigação e das novas tecnologias.

Grupos Etários	1995		2000		2004	
0-14	53.145	21,3%	15.532	6,5%	44.768	18,3%
15-24	45.299	18,1%	40.013	16,7%	37.294	15,3%
25-64	120.516	48,2%	122.587	51,1%	129.995	53,2%
65 e +	31.032	12,4%	31.383	13,1%	32.229	13,2%
Total	249.992	100,0%	239.785	100,0%	244.286	100,0%

Tabela 4: Evolução da População Residente por Grupos Etários (1995-2004)

Fonte: DREM

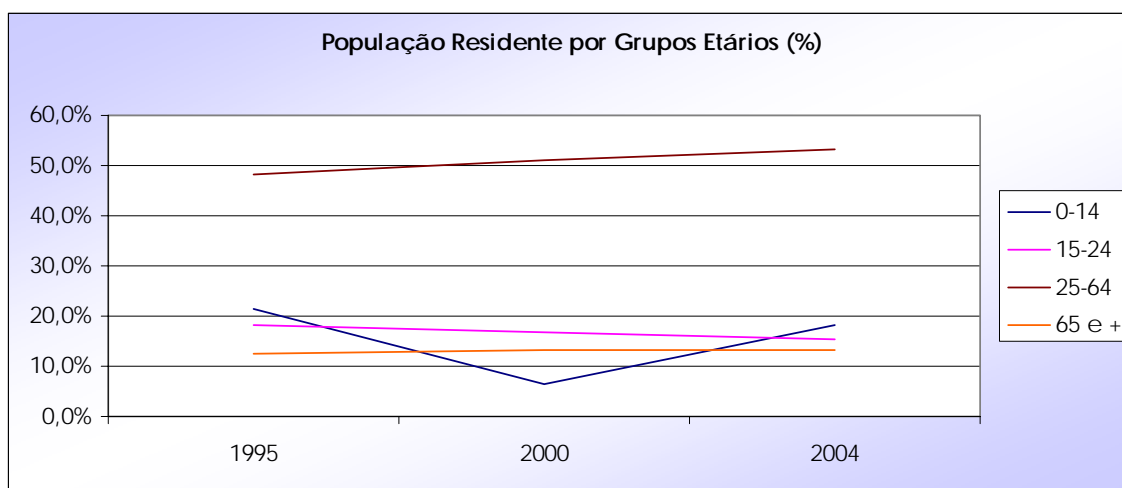


Gráfico 4: Evolução da População Residente por Grupos Etários (%)

Fonte: DREM

1.3. Estrutura Socio-económica

A região da Madeira registou, nos últimos anos, níveis de desenvolvimento económico significativos, consequência das políticas adoptadas pela região para o dinamismo económico, bem como para a coesão social e igualdade de oportunidades. O clima de estabilidade política vivida desde o último quartel do século XX, bem como a adesão à CEE em 1986 (todo o conjunto de apoios estruturais da UE), também tem desempenhado um papel fulcral neste desenvolvimento económico-social, permitido à região recuperar do seu atraso estrutural.

1.3.1. Situação Económica da RAM

1.3.1.1. Produto Interno Bruto (PIB)

A evolução económica da RAM foi fortemente marcada pelo significativo crescimento do PIB: entre 1995 e 2003, o PIB regional registou um crescimento médio anual de 7.5%, resultado do grande dinamismo económico que a região tem evidenciado neste espaço temporal (v.Gráfico4).

Pela análise gráfica verifica-se uma evolução positiva no que respeita ao índice de disparidade do PIB per capita, relativamente à média nacional, no período de 1995 a 2003. Com efeito, em 1995 a RAM apresentava uma posição inferior em relação à média nacional, mas, em 2000 já revelava uma situação claramente superior à média nacional, acentuado este diferencial em 2003, com um PIB correspondente a 121% da média nacional.

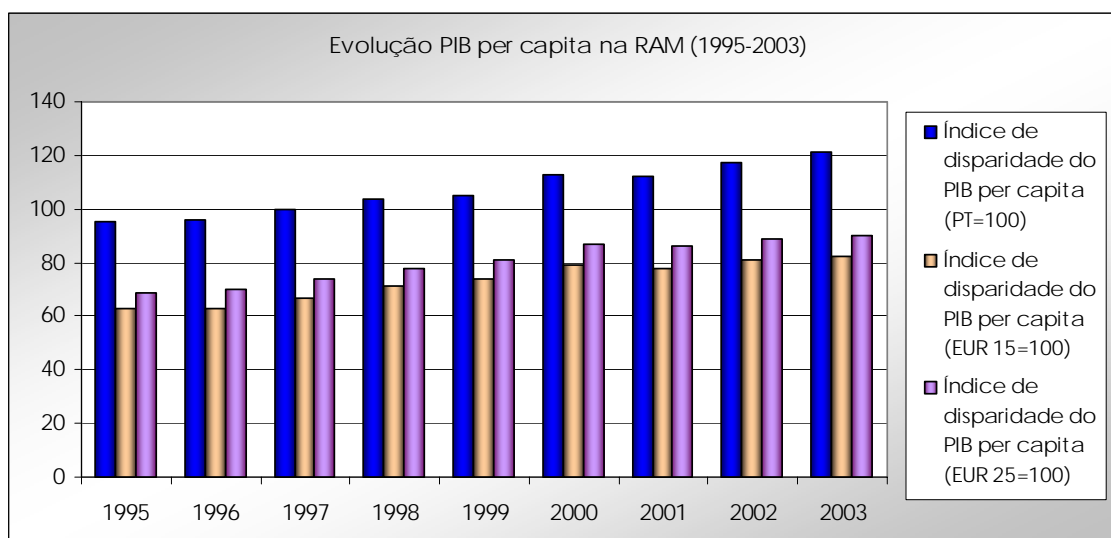


Gráfico 4: Evolução do PIB per capita para PT, EUR 15 e EUR 25

Fonte: DREM

Esta evolução da riqueza regional é também expressiva quando comparada com as médias europeias, sobretudo na nova configuração da União com 25 Estados-membros. Em 1995 o PIB per capita da Região era de 63% da média comunitária, representando em 2003, de acordo com os dados da Direcção Regional de Estatística, 82% desse mesmo referencial, isto para a UE15, pois se considerarmos os dados para a UE25, o PIB regional corresponde a 90% da média comunitária.

Como consequência deste significativo aumento do PIB regional em relação à média comunitária, para a nova programação dos fundos para 2007-2013 a região deixará

de ser “Objectivo de Convergência” (Objectivo 1) e passará a ser “Objectivo de Competitividade regional e emprego” (Objectivo 2).

1.3.1.2. Valor Acrescentado Bruto (VAB)

A evolução do VAB regional acompanha a tendência de crescimento do PIB, assinalando, igualmente, um expressivo ritmo de crescimento para o período de 1995 a 2003 (v.Tabela5).

Valor Acrescentado Bruto			
	1995	2000	2003
VAB total (10 ⁶ euros)	1.659	2.634	3.148
VAB excluindo SIFIM	1.746	2.768	3.291
Índice VAB total (1995=100)	100	159	190
Índice VAB excluindo SIFIM (1995=100)	100	159	188

Tabela 5: VAB na RAM (1995-2003)

Fonte: DREM

Analisando este indicador por sectores (v.Gráfico6), verificamos que a economia da RAM assenta fundamentalmente no sector terciário, constituindo o turismo a maior fonte de receitas da economia regional. Esta evidência demonstra que a RAM tem seguido um modelo de desenvolvimento económico que assenta principalmente na prestação de serviços, em 2003, este sector representava cerca de 81,5% do VAB da região.

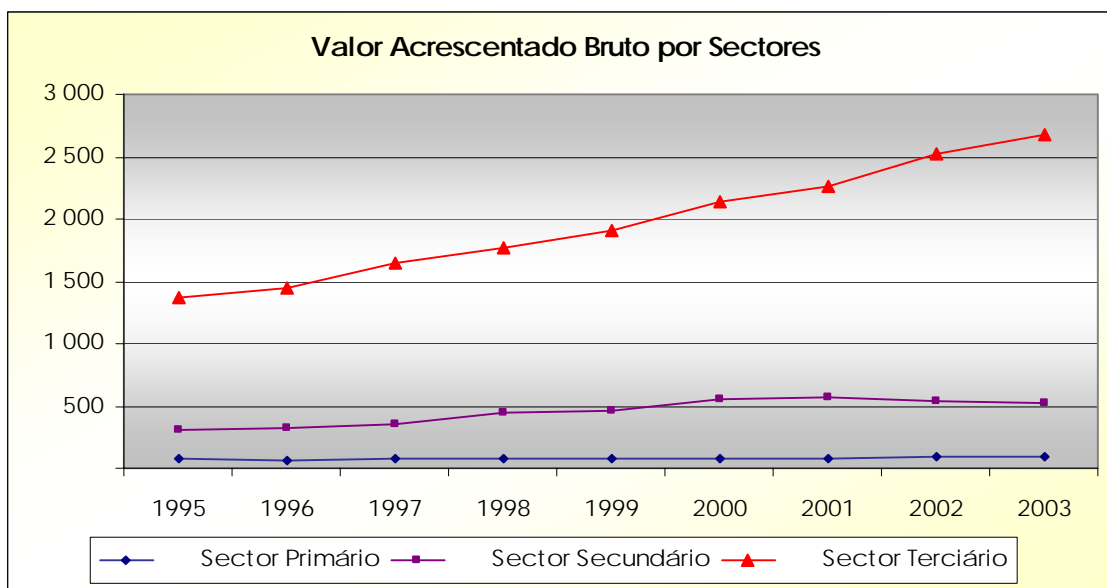


Gráfico 5: VAB regional por sectores (1995-2003)

Fonte: DREM

No sector primário, com reduzida expressão, assume maior relevo a produção de banana, dirigida fundamentalmente ao consumo local e ao continente português, e o Vinho Madeira. No sector industrial, que contribui para cerca de 15% do PIB regional, coexistem actividades de carácter artesanal e viradas para a exportação, como os bordados, as tapeçarias e artigos de vime, sobretudo orientadas para o mercado regional, como as actividades a montante e jusante da construção civil, as moagens e produtos de panificação e pastelaria, os lacticínios, a cerveja, o tabaco e o vinho.

A análise mais detalhada do VAB por ramos de actividade, permite constatar a importância que o ramo de actividade K (actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas) tem vindo a assumir nos últimos anos, constituindo-se, em 2003, como o ramo de actividade com maior peso relativo na estrutura económica regional (v.Gráfico6).

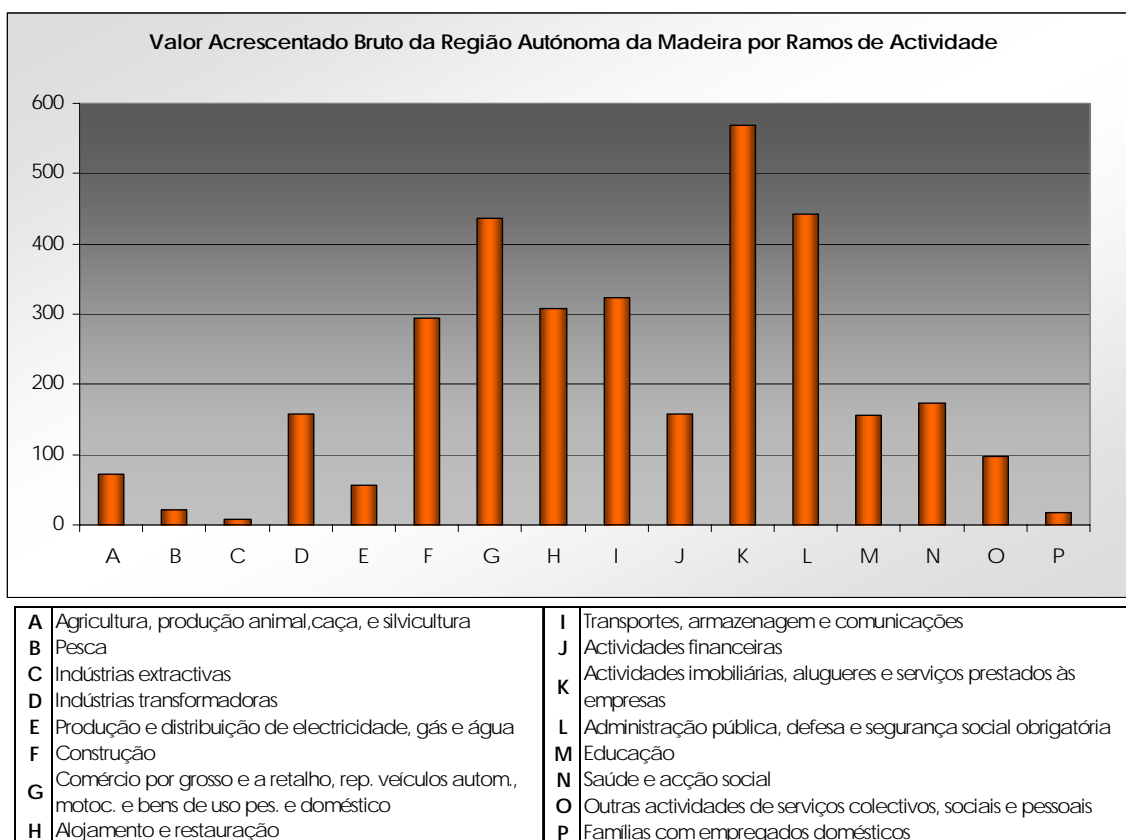


Gráfico 6: VAB regional por Ramos de Actividade (2003)

Fonte: DREM

Os ramos associados aos serviços da administração pública e ao comércio (ramos L e G) destacam-se também pelo peso determinante que têm na economia regional. Aliás, estes três ramos em conjunto representaram 44% do Valor Acrescentado Bruto criado na Região em 2003. O peso relativo das actividades de alojamento e restauração (9,4%) e das actividades financeiras (9,8%), em 2003, são demonstrativos da importância significativa que têm para a produção da riqueza ao nível regional.

A apreciação da evolução dos ramos de actividade deixa perceber um crescimento significativo na área social, concretamente visível nas actividades N (saúde e acção social) e O (outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais), assim como nas áreas da educação, administração pública, actividades financeiras, nas áreas ligadas ao comércio e ao alojamento e restauração, onde a evolução entre 1995 a 2003 dá conta de um crescimento destas actividades para o dobro no que diz respeito à criação de riqueza.

A selecção destes ramos de actividades revela, por um lado, o papel desempenhado pela administração pública da RAM na dinamização da actividade económica regional e na prestação de serviços à população e, por outro lado, revela a mobilização dos agentes económicos em torno do fornecimento de produtos e de serviços directa e indirectamente dinamizados pelo turismo. Esta distribuição do VAB por actividades, também demonstra a relevância atribuída à dimensão social do desenvolvimento da RAM e a importância adquirida pelas actividades financeiras na economia regional, claramente resultantes de uma das orientações estratégicas do Governo da RAM. O Governo da Região assumiu-se como motor do desenvolvimento lançando um conjunto de infra-estruturas, designadamente na área das acessibilidades, da rede escolar e saúde, que têm permitido aos restantes agentes económicos e à população em geral as condições necessárias à sua participação no processo de desenvolvimento da Região.

1.3.2. Situação Social da RAM

A evidência estatística da realidade social na RAM revela que os níveis alcançados pela evolução da situação económica foram também acompanhados por uma evolução positiva e significativa em termos de progresso social.

1.3.2.1. Emprego

Com efeito, o emprego total da RAM aumentou 10% entre o período de 1995 a 2004. O gráfico (Gráfico7) que se segue é ilustrativo de um acréscimo mais acentuado na taxa de emprego regional face ao que ocorreu em igual período no total nacional e na Europa comunitária (considerando apenas os primeiros quinze Estados-membros). A evolução registada é portanto reveladora de uma dinâmica considerável no mercado de emprego regional.

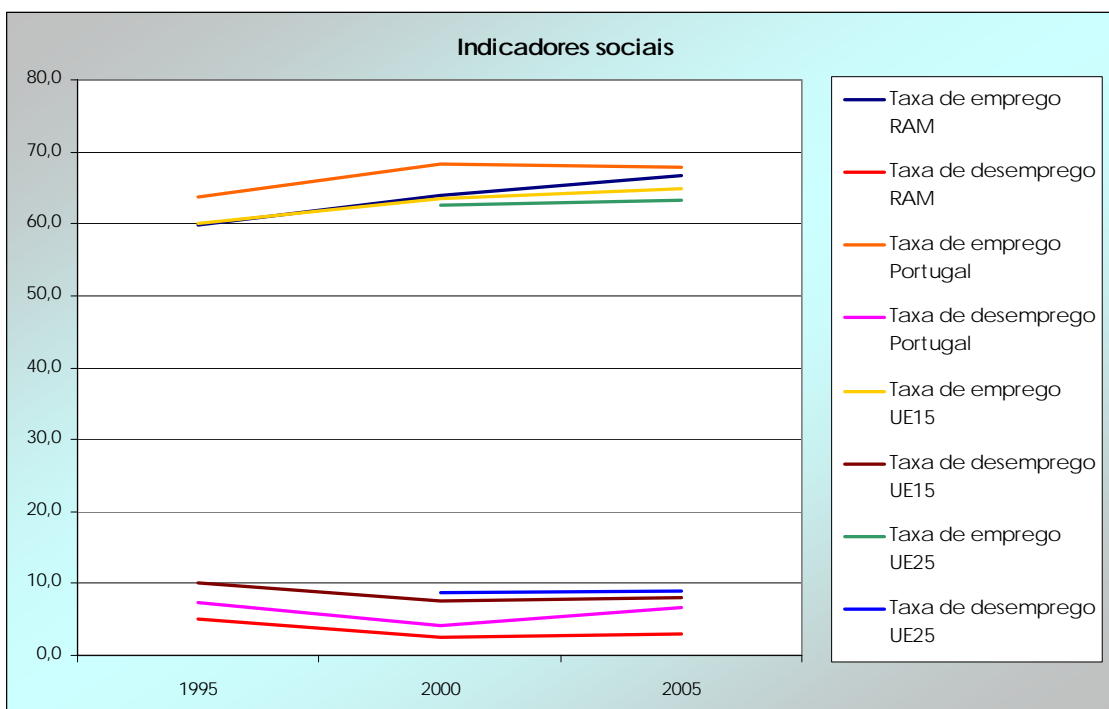


Gráfico 7: Indicadores da situação social da RAM (1995-2003)

Fonte: DREM

Relativamente à taxa de desemprego na região, tem-se registado valores muito inferiores aos verificados quer a nível nacional, quer ao nível comunitário, o que ilustra a estabilidade que se tem verificado na região neste domínio e o dinamismo da economia pela sua capacidade de absorção da maioria da população activa.

No que se refere à taxa de actividade da RAM, embora, se verifique níveis de actividade mais baixas em relação às médias nacionais, sobretudo influenciados pelos valores relativos ao sexo feminino, as taxas de actividade da RAM têm registado ritmos de evolução mais significativos que a média nacional (v.Tabela6).

Taxa de actividade			
	1995	2000	2004
Taxa de actividade de Portugal	48,6	51,2	52,2
Taxa de actividade RAM	43,1	46,1	48
Taxa de actividade RAM - Homens	50,3	53,6	54,9
Taxa de actividade RAM - Mulheres	36,9	39,4	41,8
Taxa de actividade RAM - 15-24 anos	38	38	38,8
Taxa de actividade RAM - 25-34 anos	78,9	79,1	84,3
Taxa de actividade RAM - 35-44 anos	81,7	81,9	85,8
Taxa de actividade RAM - + 45 anos	44,2	44,4	42,9

Tabela 6: Taxa de actividade na RAM (1995-2003)

Fonte: DREM

1.3.2.2. Educação

No que toca à educação, embora a taxa de escolarização da RAM tenha registado, em 1995, níveis inferiores aos nacionais, em 2000 foi possível reduzir este diferencial e em 2003 superar os valores médios do país (v.tabela6).

Indicadores do nível de educação na RAM			
	1995	2000	2003
Taxa de Escolarização RAM	93,7	98,6	100
Taxa de Escolarização Portugal	100	100	100
Alunos por nível de Ensino			
Ensino Pré-escolar	5.088	6.809	7.561
Ensino Básico	42.191	38.195	36.025
Ensino Secundário	7.840	9.916	10.201
Ensino Superior	2.268	2.667	2.946

Tabela 6: Taxa de actividade na RAM (1995-2003)

Fonte: DREM

Da mesma forma se constata a tendência da evolução do número de alunos, que regista um crescimento positivo (exceptuando o ensino básico) ao longo do período temporal em análise.

A rápida evolução e a massificação das tecnologias da informação e comunicação a que se tem assistido nos últimos anos contribuíram significativamente para o crescimento positivo dos níveis de educação na RAM.

1.3.2.3. Ambiente

Esta análise ambiental da RAM baseia-se nos indicadores ambientais existentes, que respeitam essencialmente aos recursos hídricos e ao saneamento básico.

Segundo os dados estatísticos, disponíveis na DREM, regista-se, por um lado, uma crescente preocupação com o tratamento de águas residuais, e por outro, progressos significativos dos níveis de cobertura do abastecimento de água à população residente. Relativamente à problemática dos resíduos sólidos, assinala-se o crescimento da sua produção, consequência do dinamismo económico e social da RAM, face a este aumento, a recolha selectiva registou igualmente uma evolução positiva.

1.3.3. Situação Política da RAM

1.3.2.3. Estatuto Político-Administrativo da RAM ¹⁰

O arquipélago da Madeira constitui uma Região Autónoma da República Portuguesa, dotada de Estatuto Político-Administrativo e de órgãos de governo próprio. Constitui-se uma pessoa colectiva territorial, dotada de personalidade jurídica de direito público.

São órgãos do governo próprio da Região Autónoma da Madeira, a Assembleia Legislativa e o Governo Regional. A Assembleia Legislativa Regional é o órgão representativo da população da Região Autónoma da Madeira e exerce o poder legislativo e fiscalizador da acção governativa. As instituições autonómicas regionais assentam na vontade dos cidadãos, democraticamente expressa e os órgãos do governo próprio da Região participam no exercício do poder político nacional.

O regime autonómico próprio da Região Autónoma da Madeira fundamenta-se nas suas características geográficas, económicas, sociais e culturais e nas aspirações autonomistas do seu povo. A autonomia política, administrativa, financeira, económica e fiscal da Região Autónoma da Madeira não afecta a integridade da soberania. No relacionamento entre os órgãos do Estado e os órgãos de governo próprio da Região destacam-se os princípios:

- o Princípio da subsidiariedade, segundo o qual, e fora do âmbito das atribuições exclusivas do Estado, “a intervenção pública faz-se preferencialmente pelo nível da administração que estiver mais próximo e mais apto a intervir, a não ser que os objectivos concretos da acção em causa não possam ser suficientemente realizados senão pelo nível da administração superior”;
- o Princípio da continuidade territorial, o qual “assenta na necessidade de corrigir as desigualdades estruturais, originadas pelo afastamento e pela insularidade, e visa a plena consagração dos direitos de cidadania da população madeirense, vinculando, designadamente, o Estado ao seu cumprimento, de acordo com as suas obrigações constitucionais”;
- e o Princípio da regionalização de serviços pelo qual se decreta que “a regionalização de serviços e a transferência de poderes prosseguem de acordo com a Constituição e a lei, devem ser sempre acompanhadas dos correspondentes meios financeiros para fazer face aos respectivos encargos”.

¹⁰ Segundo a «Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira, Lei nº 130/99 de 21 de Agosto»

1.3.4. Disposições fiscais da RAM

A situação geográfica da Madeira e as características específicas da sua economia levaram o Governo Regional a autorizar, nos termos do Decreto-Lei n.º 500/80, de 20 de Outubro, a criação de uma zona franca na Região Autónoma da Madeira, a qual permite às empresas, vinculadas nesta zona, usufruírem de uma série de benefícios fiscais¹¹, tais como:

- a) a isenção de sisa e de imposto sobre as sucessões e doações devidos pelas aquisições de bens imóveis destinados à sua instalação;
- b) a isenção de imposto de mais-valias relativamente a transmissões onerosas de terrenos para construção e de bens ou valores do activo immobilizado por elas mantidos como reserva ou para fruição;
- c) a isenção até 31 de Dezembro de 2011 de contribuição predial, contribuição industrial e de imposto complementar respeitantes aos rendimentos derivados do exercício da sua actividade na zona franca da Madeira;
- d) a isenção de taxas e impostos locais;
- e) e a isenção de impostos extraordinários sobre lucros e despesas.

Estas empresas, para além de usufruírem de um regime fiscal favorável, poderão igualmente beneficiar da isenção dos direitos aduaneiros na importação de determinadas matérias e componentes não comunitários incluídos no Regulamento CE 1482/97, criado especificamente para a Zona Franca Industrial. O principal objectivo desta zona franca é promover e captar novos investimentos, voltados para o desenvolvimento económico e social da Região, contribuir para a modernização da economia regional através da inovação tecnológica de produtos e processos, para a diversificação da economia regional através do exercício de novas actividades de elevado valor acrescentado, para a fixação na Região de recursos humanos de elevado mérito e competência nos domínios técnico-científicos e para a melhoria das condições ambientais.

Por último, a Madeira apresenta uma das taxas mais baixas de IVA na União Europeia (15%), o que se torna particularmente vantajoso para actividades no sector das telecomunicações e e-business no âmbito da U.E.

¹¹ Artigo 7º do Decreto Regulamentar n.º 53/82, de 23 de Agosto

1.3.5. Análise SWOT à Estrutura Socio-Económica da RAM¹²

O objectivo desta análise é relacionar os pontos fortes – Strengths – e os fracos – weaknesses – internos da região com as oportunidades – opportunities – (novos mercados) e ameaças externas – threats – (maior concorrência e diminuição dos fundos estruturais).

PONTOS FORTES - Strengths	PONTOS FRACOS - Weaknesses
Governo próprio, com um estatuto político administrativo específico que permite uma melhor adequação de políticas	Distância dos principais mercados europeus, agravada ainda pela condição insular e exíguas dimensões do mercado
Localização estratégica favorável para as relações comerciais com os continentes americano e africano	Grande dependência do exterior
Localização privilegiada da RAM ao nível das telecomunicações, funcionando como um nó de cabos submarinos transatlânticos que ligam a Europa, África e América e com acesso a diversos sistemas de satélite	Existência de alguns serviços na dependência da Administração Central, o que motiva perdas de eficiência, maior burocracia
Existência de Parques Empresariais fora do meio urbano	Elevada pressão urbano-turística com implicações negativas ao nível do ordenamento do território
Dinamismo do Centro Internacional de Negócios da Madeira	Relevo acidentado com áreas de difícil acesso condicionando a rentabilização económica de algumas áreas, designadamente ao nível da exploração agrícola e aproveitamento turístico
Existência de uma Universidade na Região, funcionando como um pólo científico e de investigação disseminador de conhecimento e de formação dos recursos humanos da Região	Tarifas aeroportuárias e das telecomunicações a níveis muito superiores aos verificados em outros países da União Europeia
Rede escolar com boas condições ao nível de infra-estruturas e equipamentos	Estrutura económica pouco diversificada, tecido empresarial de dimensão reduzida (com predominio das empresas familiares)

¹² Baseado no «Plano de Desenvolvimento Económico e Social 2007-2013» (Março 2006)

Boa rede regional de infra-estruturas e de serviços de saúde	Cultura empresarial de oportunidade de negócio com pouca visão estratégica e pouco propensa ao risco, à cooperação e à internacionalização
Boa cobertura regional de infra-estruturas e serviços de abastecimento de água, saneamento básico e tratamento de resíduos	Insuficiência do sistema de inovação, fraco espírito empreendedor e reduzida implantação de I&D
Boas infra-estruturas aeroportuárias, com condições para a aterragem de voos intercontinentais, permitindo a diversificação dos mercados emissores e a consolidação do turismo	Baixos níveis habilitacionais da população activa e escassez de recursos humanos altamente qualificados
Boa cobertura ao nível da rede viária regional	Níveis de eficiência abaixo dos desejados em alguns equipamentos e serviços devido à dimensão territorial da Região
Boas infra-estruturas portuárias, com a existência do Porto do Caniçal (mercadorias), e do Porto do Funchal (vacionado para o turismo de cruzeiro)	Elevados custos de transporte
Património natural e paisagístico protegido, de elevado valor e grande diversidade	Ecosistemas frágeis
Condições climáticas favoráveis para a prática da maioria das culturas hortofrutícolas, funcionando igualmente como factor de atracção para o turismo	Estrutura agrária de "micro-fundio"
Zona Económica Exclusiva de grande dimensão	Actividade da pesca centrada num reduzido número de espécies e vulnerabilidades às flutuações das capturas de espécies migratórias
Produto turístico de elevada qualidade com reputação internacional	Sectores económicos tradicionais com pouca iniciativa competitiva e fraca visão estratégica do ponto de vista organizacional e de captação de novos mercados
Estrutura demográfica relativamente jovem, comparativamente à média nacional e comunitária	Excessiva concentração nos operadores turísticos internacionais, no turismo hoteleiro e num público-alvo com um estrato etário muito elevado

Valorização da actividade agrícola com significativo incremento na cadeia de valor, com o reforço e alargamento da adopção de métodos de cultura biológica	Padrão de povoamento muito diferenciado no espaço regional, onde a concentração demográfica do litoral sul, acentuada pela macrocefalia da cidade do Funchal, contrasta com a grande dispersão e fragmentação do restante território
--	--

OPORTUNIDADES - Opportunities	AMEAÇAS - Threats
Valorização da posição privilegiada no espaço atlântico e condições para uma participação no conhecimento e exploração dos oceanos	Menor atractividade no que respeita à captação de Investimento Directo Estrangeiro, motivada pela possibilidade de perda das condições favoráveis associadas à Zona Franca da Madeira
Captação de novos mercados para os produtos regionais decorrente do alargamento da União Europeia	Deslocalização de IDE para países da Europa de Leste, atraído pelo baixo custo da mão-de-obra e pelos níveis de qualificação mais elevados dos recursos humanos
Condições para atrair empresas nos domínios estratégicos relevantes para a Região no âmbito do Centro Internacional de Negócios da Madeira	Perda de competitividade do produto turístico e do destino, se não for mantida a imagem tradicional de qualidade
Existência de condições para tornar a Região como uma referência de excelência, baseada na Estratégia Regional para a Qualidade	Subida sustentada das matérias-primas energéticas, designadamente dos produtos petrolíferos, dos quais a Região é fortemente dependente, com consequências negativas na dinâmica da economia regional
Diversificação da estrutura produtiva regional com base num modelo que promova a "clusterização" dos sectores estratégicos para a Região	Aumento de riscos associados a factores de natureza geológica e a fenómenos de erosão, resultante do declínio da actividade agrícola
Reforço das actividades associadas às Tecnologias da Informação e Comunicação bem como o reforço de competências nesta área	Desaparecimento de espécies endógenas devido à fragilidade dos ecossistemas

<p>Condições favoráveis para tornar a Região num centro de competências e de investigação, dinamizado pela Universidade da Madeira e pelo Madeira Tecnopolo</p>	<p>Tendência gradual para o envelhecimento da população</p>
<p>Condições favoráveis para o desenvolvimento de uma cultura de cooperação, através do estabelecimento de parcerias de âmbito nacional, europeu e internacional, nos domínios estratégicos com relevância para a região</p>	<p>Despovoamento das zonas menos urbanizadas da Madeira e Porto Santo</p>
<p>Vantagens comparativas, relativamente às regiões continentais, no domínio do aproveitamento de recursos energéticos renováveis (nomeadamente de origem hídrica, solar e eólica) e da utilização racional de energia, através de sistemas de gestão e equipamentos mais eficientes</p>	<p>Possibilidade da região vir a absorver menos fundos da União Europeia, em virtude da sua elegibilidade no objectivo de competitividade e emprego e do redireccionamento de fundos para a Europa Central e de Leste</p>
<p>Diversificação da oferta turística, através da criação/reforço de nichos de mercado específicos (desporto, congressos, cultura, cruzeiro, turismo náutico e outros)</p>	<p>Debilidade da economia nacional e situação das finanças públicas nacionais</p>
<p>Valorização da actividade agrícola com significativo incremento na cadeia de valor, com o reforço e alargamento da adopção de métodos de cultura biológica</p>	<p>Risco de desaparecimento das empresas nos sectores tradicionais</p>

2. O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA NA RAM

2.1. Posicionamento da RAM no domínio da Investigação

2.1.1. Alavancas ao desenvolvimento da Investigação na RAM

A Madeira usufruiu de uma série de características específicas que constituem vantagens para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia na região:

- Um ecossistema particularmente rico em termos de biodiversidade;
- Uma posição privilegiada no espaço Atlântico (base para a exploração dos oceanos);
- Um património natural diversificado e protegido;
- Uma Universidade jovem e dinâmica;
- Infra-estruturas de qualidade para o apoio da investigação;
- Uma autonomia administrativa e uma consciência do potencial da inovação e do desenvolvimento científico e tecnológico para a modernização regional;
- A presença de uma zona franca e de benefícios fiscais (taxa do IVA inferior ao do continente, por exemplo);
- Uma estrutura demográfica jovem, representando um potencial humano importante para o desenvolvimento e a modernização regional;
- Existência de um aglomerado na capital da região (Funchal) que conduz à concentração da capacidade de R&DTI e cria assim uma massa crítica;
- Boas ligações ao nível das infra-estruturas de telecomunicações com o continente europeu e o resto do mundo (por cabo submarino e por satélite) e desenvolvimento de novas redes internas de telecomunicações e TV por cabo;
- Uma qualidade de vida atractiva.

2.1.2. Dificuldades da RAM na área da Investigação

O desenvolvimento científico e tecnológico beneficia de determinadas especificidades vantajosas, fruto da autonomia política da região. No entanto, as actividades de investigação na Madeira encontram ainda alguns problemas, em consequência da sua natureza ultraperiférica.

As principais dificuldades da RAM na área da Investigação centram-se nos seguintes aspectos:

- Mobilidade dos investigadores limitada, quer internamente, pelo vínculo à administração pública e pela reduzida interacção entre o sector público e o sector privado, quer externamente, pela distância aos principais pólos europeus de investigação;
- Desfasamento quanto às temáticas e às prioridades de investigação entre os investigadores «regionais» e os agentes europeus, o que se reflecte na falta de sucesso das candidaturas regionais aos programas de I&D da União Europeia;
- Deficiências estruturais, sobretudo ao nível das infra-estruturas, dos materiais e dos equipamentos;
- Mentalidades retrógradas dificultam o pleno desenvolvimento das actividades de investigação na região, porque a produção científica ainda é pouco valorizada;
- Necessidade de uma maior cooperação científica e tecnológica no domínio regional;
- O facto da maior parte dos investigadores desempenharem funções académicas dificulta as investigações fora da Madeira e limita os processos de intercâmbio de experiências e de valorização profissional, uma vez que é difícil substituir o investigador das suas actividades académicas;
- No que diz respeito à transferência de tecnologia, a maior dificuldade deve-se à ausência de empresas receptoras, dado o fraco tecido industrial da região.

2.2. As Actividades de Investigação na RAM

A RAM tem vindo a registar, nos últimos anos, um crescimento significativo no que toca ao investimento na área da investigação. As actividades de investigação são desenvolvidas essencialmente em organismos ligados ao Governo Regional e à Universidade de Madeira. O peso das empresas é bastante reduzido, mas importa sublinhar a existência de diferentes sociedades privadas com capitais maioritariamente públicos que têm actividades de investigação.

O sector público, particularmente o Estado, tem um peso considerável na Madeira, sobretudo se considerarmos as despesas em I&DTI, dado que grande parte destas despesas são asseguradas por organismos que dependem do Governo Regional/ Universidade (v.Tabela7).

Entidades/unidades de investigação presentes na RAM:	
ESTADO (Governo Regional)	<ul style="list-style-type: none"> - Direcção dos Serviços de Investigação das Pescas - Direcção dos Serviços de Investigação Agrícola - Parque Natural da Madeira - Estação de Biologia Marinha do Funchal - Laboratório Regional da Engenharia Civil - Jardim Botânico da Madeira - Museu Municipal do Funchal - Instituto do Vinho da Madeira - Centro de Estudos de História do Atlântico
Ensino Superior (Universidade da Madeira/unidades de investigação FCT)	<ul style="list-style-type: none"> - Centro de Estudos da Macaronésia (CEM) - Centro de Ciências Matemáticas (CCM) - Centro de Química da Madeira (CQM) - Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico (CEPPLA)
Instituições Privadas sem fins lucrativos	<ul style="list-style-type: none"> - Centro de Ciência e Tecnologia da Madeira (CITMA) - AREAM – Agência Regional da Energia e o Ambiente da Região Autónoma de Madeira - IMAR – Instituto do Mar - Conselho Europeu do Direito ao Ambiente – CEDE
Organizações de Intermediação e Empresariais	<ul style="list-style-type: none"> - Madeira Tecnopolo - Empresa de Electricidade da Madeira - Grupo Promosoft - CEIM – Centro de Empresas e Inovação da Madeira

Tabela 7: Principais Organismos de Investigação da RAM

Fonte: Relatório Regional da Madeira – INESC

O fraco peso do sector privado no domínio da investigação justifica-se pelo fraco tecido industrial, composto por empresas de pequena ou média dimensão, que apresentam um reduzido nível de industrialização; uma economia onde predomina o sector dos serviços; e pela reduzida dimensão do mercado local. Ainda assim, é possível destacar alguns casos de sucesso, como por exemplo, o «Grupo Promosoft»

com sede na região e que desenvolve a maior parte das actividades nacionais de I&D, esta excepção, explica-se pelo facto do mercado alvo desta empresa exceder largamente as fronteiras da região.

2.3. Os Pólos de Investigação na RAM

As actividades de investigação são agrupadas em pólos de investigação de acordo os seguintes domínios: Ciências Naturais, Biodiversidade e Ambiente, Tecnologia e Ciências da Engenharia e Energia. Estas actividades de investigação têm como objectivo melhorar os "handicaps" da região, resultantes da sua condição de ultraperiferia.

Em quase todos os pólos, encontram-se unidades de I&D da Universidade e unidades de investigação aplicada que pertencem a serviços ou organismos ligados ao Governo Regional e à exploração dos recursos naturais locais.

2.3.1. Pólo Mar – "Ciências do mar e oceanografia"

Este pólo é dinamizado pelo Centro de Estudos Macaronésia, a Direcção dos Serviços de Investigação das Pescas, o Parque Natural de Madeira e a Estação de Biologia Marinha do Funchal. A sua actividade é orientada para a protecção e a exploração dos recursos marinhos, em especial sobre a Pesca e a Piscicultura.

2.3.2. Pólo Vida Marinha – "Ciências biológicas animais e marinhas"

Este pólo desenvolve as suas principais actividades através do Centro de Estudos da Macaronésia, da Direcção dos Serviços de Investigação das Pescas, do Museu Municipal do Funchal, o Parque Natural da Madeira e a Estação de Biologia Marinha do Funchal. A sua actuação centra-se no estudo e na conservação da vida animal, em especial da vida marinha.

2.3.3. Pólo Botânico – "Ciências biológicas e vegetais"

Este pólo é assegurado pelo Centro de Estudos Macaronésia, o Jardim Botânico da Madeira, o Museu Municipal do Funchal e o Parque Natural de Madeira. A sua principal área de estudo é a conservação da flora local.

2.3.4. Pólo Agrícola – " Agricultura e agro-actividades"

Este pólo é composto pelo Centro de Investigação em Ciências Agrárias, a Direcção dos Serviços de Investigação Agrícola e do Instituto do Vinho de Madeira. A sua produção é direccionada para a exploração e a protecção dos recursos agrícolas locais, nomeadamente certos produtos tradicionais regionais como o Vinho de Madeira e os seus frutos exóticos.

2.3.5. Pólo Ambiente – " Água e Ambiente"

Este pólo é formado pela Agência Regional da Energia e do Ambiente da Região Autónoma de Madeira, o Laboratório Regional de Engenharia Civil, o Núcleo de Investigação em Química Alimentar e o Ambiente, o Parque Natural da Madeira e a Estação de Biologia Marinha do Funchal. A sua investigação é orientada para a preservação do ambiente, em especial da qualidade da água.

2.3.6. Pólo TIC – "Informático, telecomunicações e TIC"

Este pólo é impulsionado pelo Centro de Ciências Matemáticas, o Madeira Tecnopolo e o Grupo Promosoft. A sua acção é orientada para diversos aspectos: aplicações matemáticas às telecomunicações e à informática, as aplicações TIC ao turismo e o meio rural e informático para os serviços bancários.

2.3.7. Pólo Energia – " Energias renováveis"

Este pólo é dinamizado pela Agência Regional da Energia e do Ambiente da Região Autónoma de Madeira, a Empresa de Electricidade da Madeira e o Laboratório Regional de Engenharia Civil. A sua actividade é orientada essencialmente para as energias renováveis, especialmente a de natureza eólica e hidráulica.

A tabela (v.Tabela8) que se segue elabora a relação Pólos Investigação/Domínios de Investigação presentes na RAM. Esta relação evidencia quais as áreas preferenciais no âmbito da investigação regional. Estas prioridades concentram-se principalmente na realidade circundante, nomeadamente na conservação e o estudo do ambiente e na exploração dos recursos marinhos e agrícolas. Além disso, a investigação nos domínios da energia e as tecnologias da informação procura ultrapassar os limites impostos pela natureza insular.

Domínios	Pólos	Áreas de Investigação	Unidades de Investigação
Ciências Naturais, Biodiversidade e Ambiente	Pólo Mar	Ciências do Mar e Oceanografia	- Centro de Estudos da Macaronésia - Direcção dos Serviços de Investigação das Pescas - Parque Natural da Madeira - Estação de Biologia Marinha do Funchal
	Pólo Vida Marinha	Ciências Biológicas Animais e Marinhas	- Centro de Estudos Macaronésia - Direcção dos Serviços de Investigação das Pescas - Museu Municipal do Funchal - Parque Natural da Madeira - Estação de Biologia Marinha do Funchal
	Pólo Botânico	Ciências Biológicas Vegetais	- Centro de Estudos Macaronésia - Jardim Botânico da Madeira - Museu Municipal do Funchal - Parque Natural da Madeira
	Pólo Agrícola	Agricultura e Agro-Actividades	- Centro de Investigação das Ciências Agrárias - Direcção dos Serviços de Investigação Agrícola - Instituto do Vinho da Madeira
	Pólo Ambiente	Água e Ambiente	- AREAM – Agência Regional da Energia e o Ambiente da Região Autónoma de Madeira - Laboratório Regional da Engenharia Civil - Núcleo de Investigação em Química Alimentar e Ambiente (Universidade) - Parque Natural de Madeira - Estação de Biologia Marinha Funchal
Tecnologia e Ciências da Engenharia	Pólo TIC	Informática, Telecomunicações e Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC)	- Centro de Ciências Matemáticas - Madeira Tecnopolo - Promosoft
Energia	Pólo Energia	Energias Renováveis	- AREAM – Agência Regional da Energia e Ambiente da Região Autónoma da Madeira - Empresa de Electricidade da Madeira - Laboratório Regional de Engenharia Civil (LREC)

Tabela 8: Relação Pólos/Domínios de Investigação

Fonte: Relatório Regional da Madeira – INESC

CONCLUSÃO

As regiões ultraperiféricas situam-se em zonas geográficas distantes do continente europeu e próximas das regiões menos desenvolvidas. Em consequência deste posicionamento, constituem, por um lado, regiões com níveis de desenvolvimento socio-económico condicionado, devido às suas limitações de insularidade e enclausuramento, mas, por outro lado, possuem um forte potencial ao nível da investigação e da inovação, pelas suas características climáticas, geográficas e humanas.

Esta dualidade evidencia, simultaneamente, os problemas com que estas regiões se deparam e as apostas-chave para superar estas mesmas dificuldades, ou seja, por um lado as RUP sofrem pelo seu distanciamento e pela sua realidade ultraperiférica, mas estas desvantagens podem, e devem, ser encaradas como aspectos positivos, dado que também constituem pólos de investigação únicos na Europa.

No contexto europeu, em que nos inserimos, onde a aposta no conhecimento é cada vez mais, a palavra de ordem, não só pela Estratégia de Lisboa, mas também pelo próprio ritmo da evolução das novas tecnologias, é assim imperativo que nos direccionemos para estas novas áreas do conhecimento, sob pena de ficarmos cada vez mais isolados na Europa, sobretudo se possuímos especificidades vantajosas neste domínio.

A orientação das estratégias regionais para a criação de investigação e inovação, funcionará como motor de desenvolvimento económico e tecnológico nestas regiões e permitirá a obtenção de níveis de convergência muito superiores aos actuais.

Por forma a ultrapassar o «gap» que nos separa da União Europeia, as estratégias de desenvolvimento das RUP deverão incluir uma aposta na inovação tecnológica de modo a aumentar a competitividade destas regiões e tornar este sector num motor de desenvolvimento sustentável das suas economias. A fim de dinamizar as actividades de investigação nas RUP, dar resposta às principais necessidades regionais e reforçar a participação das instituições regionais no Espaço Europeu da Investigação, é crucial explorar o potencial específico de investigação nestas regiões e transformar algumas das suas deficiências em vantagens, na base das suas características únicas em termos geográficos, climáticos e de especialização.

BIBLIOGRAFIA

[1] Plano de Acção de Investigação, Desenvolvimento Tecnológico, Demonstração e Inovação, Paris, 2003

[2] Estudo sobre: O impacto das TIC nas Regiões Ultraperiféricas da Europa – Relatório Regional – Madeira, Louis Lengrand&Associés, Sema Group Sae, INESC Porto, 2001

[3] Etude sur : "Mieux connaitre la place de la recherche et développement technologique dans les régions ultrapériphériques (RUP) de l'Europe et mieux les intégrer dans l'espace européen de la recherche" - Etat des lieux transversal, Louis Lengrand & Associés, INESC Porto, 2002

[4] Etude pour la DG Recherche de la Commission européenne: "Mieux connaitre la place de la recherche et développement technologique dans les régions ultrapériphériques (RUP) de l'Europe et mieux les intégrer dans l'espace européen de la recherche" - Rapport régional: Madère, Louis Lengrand & Associés, INESC Porto, 2002

[5] COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO – COM (2001) 549 final – A Dimensão Regional do Espaço Europeu da Investigação, Bruxelas, 2001

[6] RELATÓRIO DA COMISSÃO SOBRE AS MEDIDAS DESTINADAS A DAR

CUMPRIMENTO AO N.º 2 DO ARTIGO 299.º – COM (2000) 147 final – As Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, Bruxelas, 2000

[7] Estudo sobre: O impacto das TIC nas regiões ultraperiféricas da Europa - Relatório de síntese, Louis Lengrand&Associés, Sema Group Sae, INESC Porto, 2001

[8] COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO - COM (2004) 343 final - Uma parceria reforçada para as regiões ultraperiféricas, Bruxelas, 2004

[9] PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL 2007-2013 – Diagnóstico da Região Autónoma da Madeira, Funchal 2006

[10] Endereços de páginas Web utilizados na recolha de informação:

- <http://www.dgcc.pt/index.htm>
- <http://www.banmac.org/index.php>
- http://europa.eu/index_pt.htm
- <http://epp.eurostat.ec.europa.eu>
- www.ine.pt/
- www.dre.srpc.pt
- <http://europa.eu.int/eur-lex/pt/>
- www.erup.net/
- www.gov-madeira.pt/
- <http://srpf.madinfo.pt/>
- <http://www.ifc-madeira.gov.pt/pt/main.asp>
- <http://www.cor.europa.eu/pt/index.htm>
- http://ec.europa.eu/regional_policy/index_en.htm
- <http://www.planotecnologico.pt/index.php?page=2>
- <http://www.qca.pt/fundos/2007.asp>

FICHA TÉCNICA

EQUIPA – PROJECTO:

PROJECTO UNAMUNO I
UNIVERSIDADE DA MADEIRA

Clementina Reis	E-mail: creis@uma.pt Tel.: + 351 209 6476 Universidade da Madeira Sector de Planeamento Colégio dos Jesuítas Praça do Município 9000-081 Funchal
Carlos Lencastre	E-mail: gepro@uma.pt Tel.: + 351 209 6471 Universidade da Madeira Sector de Planeamento Colégio dos Jesuítas Praça do Município 9000-081 Funchal